



Procedimento concursal interno geral de ingresso, para admissão a estágio na carreira de inspeção, tendo em vista o preenchimento de 14 (catorze) lugares na categoria de inspetor-adjunto, da carreira de inspetor-adjunto, do mapa de pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica



## PROVA DE CONHECIMENTOS

DATA: 11 de novembro de 2014



## INSTRUÇÕES DA PROVA

1 - A prova que vai realizar é do tipo “resposta de escolha múltipla”, isto é, por cada questão do enunciado da prova ser-lhe-ão apresentadas quatro respostas das quais deverá escolher a resposta que considere ser a correta e completa.

2 - O candidato inscreverá com esferográfica uma cruz (X) na quadrícula correspondente à alínea que selecionou, na última página onde consta a grelha de respostas.

3- Só serão consideradas para avaliação as respostas devidamente assinaladas na referida grelha de respostas.

4 - Em caso de preenchimento incorreto, deverá proceder ao preenchimento do quadro de correção de respostas na grelha secundária que se encontra no final da última página, indicando o número da questão que pretende corrigir e assinalando a nova alínea pretendida.

5 - Duração da prova: 150 minutos (2 horas + 30 min de tolerância)

6 - Não será permitida a consulta de qualquer documento, de meios electrónicos ou esclarecimento de dúvidas entre os candidatos.

7 – O enunciado da prova e a respetiva grelha de respostas, esta devidamente identificada e assinada nos locais indicados para o efeito, deverão ser devolvidas no final da prestação.

Abreviaturas utilizadas na Prova:

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Boa sorte!





1 – Qual das seguintes afirmações está correta:

- a) A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia da República, que, precedendo parecer daquele tribunal, apreciará e aprovará a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social;
- b) A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas, pelo Banco Central Europeu e pela Assembleia da República, que, precedendo parecer daquele tribunal, apreciará e aprovará a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social;
- c) A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia da República, que, após parecer daquele tribunal, apreciará e aprovará a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social;
- d) A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas, pela Assembleia da República e pela Inspeção-Geral de Finanças, que, precedendo parecer daquele tribunal, apreciará e aprovará a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social.

2 – A Constituição da República Portuguesa entrou em vigor:

- a) No dia 25 de abril de 1975;
- b) No dia 01 de maio de 1976;
- c) No dia 25 de abril de 1976;
- d) No dia 25 de abril de 1974.

3 – No âmbito do procedimento disciplinar, são suscetíveis de integrar a pena de suspensão, os seguintes comportamentos:

- a) Tomar parte ou interesse, diretamente ou por interposta pessoa, em qualquer contrato celebrado ou a celebrar por qualquer órgão ou serviço;
- b) Não usar de correção para com os superiores hierárquicos, subordinados ou colegas ou para com o público;
- c) Receber fundos, cobrar receitas ou recolher verbas de que não prestem contas nos prazos legais;
- d) Divulgar informação que, nos termos legais, não deva ser divulgada.

4 – No âmbito do regime geral das contraordenações:

- a) Antes de ter lugar a aplicação de uma coima ou de uma sanção acessória, o direito de audiência e defesa do arguido apenas pode ser preterido nos casos de infração verificada em flagrante delito;
- b) Não é permitida a aplicação de uma coima ou de uma sanção acessória sem antes se ter assegurado ao arguido a possibilidade de, num prazo razoável, se pronunciar sobre a contraordenação imputada e respetivas sanções;
- c) Antes de ter lugar a aplicação de uma coima ou de sanção acessória o direito de audiência e defesa do arguido apenas pode ser preterido nos processos de contraordenação de natureza sumária;
- d) Não é permitida a aplicação de uma coima ou de uma sanção acessória sem antes se ter assegurado ao arguido a possibilidade de, num prazo máximo de 8 dias, se pronunciar sobre a contraordenação.

5 – No Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios estão integrados:

- a) O Laboratório de Microbiologia, o Laboratório de Físico-Química e o Laboratório de Bebidas e Produtos Vitivinícolas;
- b) O Laboratório de Microbiologia, o Laboratório de Físico-Química e a Divisão de Comunicação dos Riscos Alimentares;
- c) O Laboratório de Microbiologia, o Laboratório de Físico-Química, o Laboratório de Bebidas e Produtos Vitivinícolas e a Divisão de Riscos Alimentares;
- d) Todas as hipóteses anteriores estão erradas.

6 – Identifique um sinónimo de rubicundo:

- a) Taciturno;
- b) Loquaz;
- c) Afogueado;
- d) Pérfido.

7 – No direito processual penal existem determinados processos especiais. Quais são:

- a) Processo sumário e sumaríssimo;
- b) Processo sumário, abreviado e de inquérito;
- c) Processo sumário, abreviado e simplificado;



d) Processo sumário, abreviado e sumaríssimo.

8 – A pena de multa, em processo disciplinar, contada da data em que a decisão se tornou inimpugnável, prescreve no prazo de:

- a) Um mês;
- b) Dois meses;
- c) Três meses;
- d) Nenhuma das hipóteses anteriores está correta.

9 – Qual das seguintes obras não é da autoria de Eça de Queirós:

- a) A Morgadinha dos Canaviais;
- b) O Mandarim;
- c) A Relíquia;
- d) O Crime do Padre Amaro.

10 – A decisão que aplica a coima ou as sanções acessórias, em processo contraordenacional, deve conter:

- a) A indicação das normas segundo as quais se pune e a fundamentação da decisão;
- b) A descrição dos factos imputados, com indicação das provas obtidas;
- c) A identificação dos arguidos;
- d) Todas as hipóteses anteriores estão corretas.

11 – A responsabilidade disciplinar não é objetiva. Tal significa que a prática de um facto gerador de responsabilidade disciplinar implica:

- a) Uma atuação dolosa;
- b) Uma atuação censurável;
- c) Uma atuação negligente;
- d) Uma atuação errada.

12 – Até 30 de junho de 2014, a presidência do Conselho da União Europeia foi assumida pelo Estado-Membro:

- a) Itália;
- b) Grécia;
- c) Áustria;
- d) Irlanda.

- 13** – No processo contraordenacional, podem ser objeto de recurso judicial:
- a) As decisões finais adotadas pelas autoridades administrativas competentes que se limitem à aplicação de uma coima;
  - b) Quaisquer medidas tomadas pelas autoridades administrativas competentes, incluindo as que se destinam apenas a preparar a decisão final de arquivamento, ainda que não colidam com quaisquer direitos das pessoas;
  - c) Quaisquer medidas tomadas pelas autoridades administrativas, com exceção das medidas de apreensão de objetos e de suspensão do exercício de atividades;
  - d) Quaisquer decisões, despachos e demais medidas tomadas pelas autoridades administrativas no decurso do processo, com exceção daquelas que se destinem unicamente a preparar a decisão final de arquivamento ou de aplicação da coima, desde que não colidam com os direitos ou interesses das pessoas.
- 14** – As apreensões efetuadas por órgão de polícia criminal são sujeitas a:
- a) Validação pela autoridade judicial;
  - b) Homologação pela autoridade judiciária, no prazo máximo de 48 horas;
  - c) Validação pela autoridade judiciária, no prazo máximo de 72 horas;
  - d) Ratificação pela autoridade judiciária.
- 15** – O primeiro Presidente da República após o 25 de abril de 1975 foi:
- a) António de Spínola;
  - b) Francisco da Costa Gomes;
  - c) António Ramalho Eanes
  - d) Américo Tomás.
- 16** – No caso de impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa que aplicou uma coima:
- a) O arguido é sempre obrigado a comparecer à audiência de julgamento;
  - b) O arguido não é obrigado a comparecer à audiência, salvo se tiver sido aplicada uma sanção acessória;
  - c) O arguido é obrigado a comparecer à audiência, juntamente com o seu advogado;
  - d) O arguido não é obrigado a comparecer à audiência, salvo se o juiz considerar a sua presença como necessária ao esclarecimento dos factos.





17 – Qual das seguintes afirmações está correta:

- a) O período normal de funcionamento da Assembleia da República decorre de 15 de setembro a 15 de junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de dois terços dos Deputados presentes;
- b) O período normal de funcionamento da Assembleia da República decorre de 15 de setembro a 15 de junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de quatro quintos dos Deputados presentes;
- c) O período normal de funcionamento da Assembleia da República decorre de 15 de setembro a 30 de junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de quatro quintos dos Deputados presentes;
- d) O período normal de funcionamento da Assembleia da República decorre de 15 de setembro a 15 de julho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de dois terços dos Deputados presentes.

18 – A acumulação de funções públicas com outras funções:

- a) Não depende de autorização, desde que se trate de acumulação com outras funções públicas e estas não sejam remuneradas;
- b) Não depende de autorização, mas deve ser comunicada previamente ao respetivo superior hierárquico;
- c) Depende sempre de prévia autorização da entidade competente, quer se trate de acumulação com outras funções públicas, quer se trate de acumulação com funções privadas;
- d) Depende de autorização, quando se trate de acumulação com funções privadas e estas sejam remuneradas.

19 – No Código de Processo Penal, e no âmbito dos deveres que recaem em especial sobre o arguido, não constitui dever deste:

- a) Comparecer perante o juiz, o Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal, sempre que a lei o exigir e para tal tiver sido devidamente convocado;
- b) Responder com verdade às perguntas feitas por entidade competente sobre os factos que lhe são imputados e a sua participação nos mesmos;
- c) Prestar termo de identidade e residência logo que assuma a qualidade de arguido;

- d) Sujeitar-se a diligências de prova e a medidas de coação e garantia patrimonial especificadas na lei e ordenadas e efetuadas por entidade competente.

**20** – Os métodos de seleção a utilizar obrigatoriamente, nos procedimentos para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável são:

- a) Prova de conhecimentos e avaliação psicológica;
- b) Avaliação curricular e entrevista profissional de seleção;
- c) Avaliação curricular e entrevista de avaliação das competências;
- d) Prova de conhecimentos e entrevista de avaliação das competências.

**21** – No momento da constituição de arguido, devem ser respeitadas determinadas formalidades. Da violação ou omissão dessas regras, relativamente às declarações prestadas pela pessoa em causa, resulta:

- a) A irregularidade das declarações;
- b) Que as declarações não podem ser utilizadas como prova contra ela;
- c) A nulidade das declarações;
- e) A anulabilidade das declarações.

**22** – *“Prestar apoio à atividade operacional desenvolvida pelas equipas de investigação, fiscalização e inspeção e técnico-periciais”, “Rececionar os alertas que circulam no sistema de rede de alerta rápido para géneros alimentícios e alimentos para animais (RASFF) e atuar em conformidade”,* são duas das competências atribuídas à:

- a) Divisão de Informação Pública;
- b) Divisão de Estudos e Planeamento Operacional;
- c) Unidade Central de Investigação e Intervenção;
- d) Divisão de Controlo Operacional.

**23** – A permanência de pessoas, para efeitos de identificação, num posto policial, não pode ser superior a:

- a) 6 horas;
- b) 8 horas;
- c) 12 horas;
- d) 24 horas.



24 – A revisão procedente do procedimento disciplinar, produz os seguintes efeitos:

- a) Cancelamento do registo da pena no processo individual do trabalhador e anulação dos efeitos da pena;
- b) Reconstituição da situação jurídico-funcional atual hipotética e indemnização pelos danos morais e patrimoniais sofridos;
- c) Restabelecimento da relação jurídica de emprego público na modalidade em que se encontrava constituída, nos casos de demissão ou de despedimento, por facto imputável ao trabalhador;
- d) Todas as hipóteses anteriores estão corretas.

25 – No que respeita ao acompanhamento por advogado, do arguido de uma prática de contraordenação:

- a) O arguido tem o direito de se fazer acompanhar de advogado por si escolhido em qualquer fase do processo;
- b) O arguido tem o direito de se fazer acompanhar de advogado por si escolhido, apenas a partir da fase de audição e defesa;
- c) O arguido não tem o direito de se fazer acompanhar de advogado, considerando que não estamos perante um procedimento criminal mas sim contraordenacional;
- d) O arguido tem o direito de se fazer acompanhar por advogado por si escolhido, desde que o requeira previamente à autoridade administrativa competente.

26 – Em 1 de janeiro de 2014, aderiu ao euro:

- a) A Estónia;
- b) A Letónia;
- c) A Croácia;
- d) A Lituânia.

27 – Por crimes praticados no exercício das suas funções, o Presidente da República:

- a) Responde perante o Supremo Tribunal de Justiça, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República, mediante proposta de um quinto e deliberação aprovada por maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções;

- b) Responde perante o Tribunal Constitucional, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República, mediante proposta do Conselho de Ministros em reunião extraordinária e deliberação aprovada por maioria de dois terços dos Ministros em efetividade de funções;
- c) Responde perante o Supremo Tribunal de Justiça, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República, mediante proposta de dois quintos e deliberação aprovada por maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções;
- d) Responde perante o Supremo Tribunal de Justiça, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República, mediante proposta de um quinto e deliberação aprovada por maioria de um terço dos Deputados em efetividade de funções.

**28** – No âmbito do estatuto disciplinar, o desempenho de funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos, configura:

- a) O dever de igualdade;
- b) O dever de não discriminação;
- c) O dever de imparcialidade;
- d) O dever de isenção.

**29** – A mobilidade interna temporária, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro:

- a) Tem a duração máxima de um ano, desde que o local de trabalho se situe até 60 km, inclusive, do local de residência;
- b) Tem a duração máxima de um ano e determina a atribuição de ajudas de custo por inteiro, não podendo o mesmo trabalhador, em caso algum, ser novamente sujeito a este tipo de mobilidade;
- c) Pode consolidar quando a mobilidade tenha tido, pelo menos, a duração de seis meses ou a duração do período experimental exigido para a categoria, caso este seja superior;
- d) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

**30** – O atual Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, é de nacionalidade:

- a) Norte-Americana;
- b) Chinesa;
- c) Sul-Coreana;



d) Japonesa.

31 – No Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações, estão integrados:

- a) O núcleo de apoio jurídico e o núcleo de instrução processual;
- b) O gabinete de apoio jurídico e o gabinete de inspeção e assuntos internos;
- c) O núcleo de assessoria jurídica e o gabinete de inspeção e assuntos internos;
- d) O núcleo de inspeção e assuntos internos e o núcleo de assessoria jurídica.

32 – Atualmente, fazem parte da União Europeia:

- a) 25 Estados-membros;
- b) 27 Estados-membros;
- c) 28 Estados-membros;
- d) 29 Estados-membros.

33 - Da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal (UNIIC), fazem parte:

- a) A Unidade Central de Investigação, equiparada a divisão e a Divisão de Pesquisa de Informações, ambas dirigidas por Inspetores-Chefes;
- b) A Unidade Central de Investigação e Intervenção, equiparada a departamento, a Divisão de Pesquisa de Informações e a Divisão de Segurança, todas dirigidas por Inspetores-Diretores;
- c) A Unidade Central de Investigação e Intervenção, equiparada a divisão, a Divisão de Análise e Pesquisa de Informações e a Divisão de Apoio e Segurança, todas dirigidas por Inspetores-Chefes;
- d) A Unidade Central de Investigação e Fiscalização, equiparada a divisão, a Divisão de Pesquisa e Processamento de Informações e a Divisão de Apoio e Segurança, todas dirigidas por Chefes de Divisão.

34 – O museu de arte Hermitage, situa-se em:

- a) Paris;
- b) São Petersburgo;
- c) Bruxelas;
- d) Moscovo.

35 – No âmbito da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o contrato, enquanto fonte de constituição de relação jurídica de emprego público, pode revestir a seguinte modalidade:

- a) Contrato de prestação de serviços;
- b) Contrato por tempo indeterminado;
- c) Contrato administrativo de provimento;
- d) Nenhuma das hipóteses anteriores.

36 – Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o prazo para a aceitação da nomeação:

- a) É de 10 dias úteis;
- b) É de 15 dias contados, continuamente podendo ser prorrogado em casos devidamente justificados;
- c) É de 20 dias contados continuamente;
- d) Nenhuma das hipóteses anteriores.

37 – A vírgula emprega-se para separar:

- a) O sujeito e o predicado;
- b) O verbo dos complementos direto e indireto;
- c) Os advérbios *sim* e *não* sempre que surgem independentes na frase;
- d) O verbo do predicativo do sujeito

38 – A definição do recurso expressivo Pleonasm é:

- a) Utilização de expressões que exageram a realidade, com a finalidade de reforçar e/ou satirizar uma ideia;
- b) Repetição da mesma ideia através de palavras ou expressões cujo significado é idêntico, redundante e supérfluo, enfatizando essa mesma ideia;
- c) Atribuição de propriedades humanas a seres inanimados, a objetos ou a um ente abstrato;



- d) Utilização de palavras ou expressões que produzem sentidos figurados por meio de comparações implícitas.

39 – A palavra bem é um advérbio de:

- a) Tempo;
- b) Modo;
- c) Lugar;
- d) Afirmação.

40 – Na frase “Os ruídos súbitos despertaram os animais”, a palavra súbitos é um:

- a) Advérbio;
- b) Pronome;
- c) Adjetivo;
- d) Substantivo.

41 – Na frase “Porventura, haverá um abrandamento do crescimento económico” o advérbio é:

- a) Porventura;
- b) Haverá;
- c) Abrandamento;
- d) Económico.

42 – Na frase “Eu considero o António um sonhador”, um sonhador desempenha a função sintática de:

- a) Complemento direto;
- b) Predicativo do sujeito;
- c) Aposto;
- d) Predicativo do complemento direto.

43 – Indique o conjunto que representa palavras antónimas:

- a) Preferido e favorito;
- b) Acender e ascender;
- c) Fraco e forte;
- d) Conselho e Concelho;

**44** – Na frase “Se ele tivesse trabalhado arduamente conseguiria melhores resultados”, o verbo trabalhar encontra-se no:

- a) Pretérito perfeito do modo conjuntivo;
- b) Pretérito mais que perfeito do modo conjuntivo;
- c) Pretérito imperfeito do modo conjuntivo;
- d) Pretérito mais que perfeito composto do modo indicativo.

**45** – São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Promover a igualdade entre homens e mulheres;
- c) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- d) Todas certas.

**46** – Enquanto entidade fiscalizadora das atividades económicas a ASAE exerce a sua atividade:

- a) Em todo o território do continente e ilhas;
- b) Em todo o território do continente;
- c) Onde se desenvolva uma indústria;
- d) Todas erradas.

**47** – Ao dirigente superior responsável pela área dos riscos na cadeia alimentar compete:

- a) Aprovar as recomendações e avisos que vinculam a ASAE;
- b) Emitir parecer sobre recomendações e avisos que vinculam a ASAE e sobre as iniciativas propostas pelo conselho científico;
- c) Divulgar os resultados da atividade operacional;
- d) Todas certas.

**48** – A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica é um serviço:

- a) Da administração indireta do Estado;
- b) Da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa;
- c) Da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira;
- d) Da administração direta do Estado não dotado de autonomia administrativa.





49 – A ASAE tem por missão:

- a) Contribuir para a qualidade alimentar e a saúde dos portugueses, controlar a segurança dos produtos provenientes de mercados não Europeus e racionalizar recursos na Administração Pública;
- b) Dar cumprimento às directivas provenientes da Comunidade Europeia, fiscalizar os mercados centrais de abastecimento de produtos alimentares e contribuir para a consolidação da produção e comercialização de produtos tradicionais;
- c) Fiscalizar o cumprimento da legislação reguladora do exercício das actividades económicas, nos sectores alimentar e não alimentar;
- d) Contribuir para o controlo da qualidade alimentar, promover a comercialização de produtos tradicionais e regular o sector económico nacional.

50 – A ASAE é:

- a) Uma autoridade de polícia criminal;
- b) Um órgão de polícia criminal de competência específica;
- c) Um órgão de polícia criminal de competência genérica;
- d) Uma autoridade de polícia criminal de competência genérica.

51 – A ASAE é dirigida por um Inspetor-geral, que é coadjuvado:

- a) Por dois subinspectores-gerais;
- b) Por três subinspectores-gerais;
- c) Por um subinspector-geral;
- d) Por quatro subinspectores-gerais.

52 – Compete ao Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios da ASAE:

- a) Colaborar com as demais entidades nacionais e internacionais nas medidas necessárias ao estabelecimento de legislação adequada aos géneros alimentícios;
- b) Rececionar os alertas que circulam no sistema de rede de alerta rápido para géneros alimentícios e alimentos para animais (RASFF), e atuar em conformidade;
- c) Proceder a estudos e elaborar pareceres técnicos e científicos em todas as matérias;
- d) Recolher, seleccionar e difundir a documentação científica e técnica de interesse para a ASAE.

53 – Quais os concelhos que estão corretamente associados ao respetivo distrito:

- a) Amadora, Bombarral e Sobral de Monte Agraço – Lisboa;

- b) Armamar, Tabuaço e Oliveira de Frades – Viseu;
- c) Moura, Mértola e Mora – Beja;
- d) Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Chaves – Bragança.

54 – De acordo com os dados dos últimos censos em Portugal (2011), o concelho com a maior densidade populacional é:

- a) Lisboa;
- b) Amadora;
- c) Odívelas;
- d) Porto.

55 – Um certo conjunto de cartas de jogar é constituído por doze cartas vermelhas e por algumas cartas pretas. Escolhe-se, ao acaso, uma carta deste conjunto. Sabe-se que a probabilidade de essa carta ser vermelha é 75%. Quantas cartas pretas há neste conjunto?

- a) 3;
- b) 4;
- c) 6;
- d) 9.

56 – Uma loja de um jardim zoológico oferece, diariamente, à Liga dos Animais do Zoo, 6% do seu lucro. No final de um certo dia, a Liga dos Animais do Zoo recebeu 15 euros dessa loja. Qual foi o lucro da loja nesse dia?

- a) 50 euros
- b) 90 euros
- c) 250 euros
- d) 350 euros

57 – Qual é o máximo divisor comum de quaisquer dois números naturais diferentes, sendo um múltiplo do outro?

- a) O produto desses dois números;
- b) O menor desses dois números;
- c) O quociente desses dois números;
- d) O maior desses dois números.



58 – Qual das expressões seguintes é equivalente a  $(x - 2)^2$  ?

- a)  $(x + 2)^2$
- b)  $(2 - x)^2$
- c)  $x^2 + 4$
- d)  $x^2 - 4$

59 - Considerando a equação  $-2x^2 + 12 = 2kx$ . Para que -1 seja uma das soluções da equação é necessário que k seja igual a:

- a) -10
- b) 10
- c) -5
- d) 5

60 – A ASAE, enquanto entidade nacional responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar e, no âmbito do controlo oficial dos géneros alimentícios, exerce a sua actividade:

- a) Em todo o território do continente;
- b) Nas regiões autónomas;
- c) Em todo o território da União Europeia;
- d) Em todo o território nacional.

61 - O fato ilícito considera-se praticado:

- a) Quando é comunicado ao inspetor da ASAE, no exercício das suas funções;
- b) No momento em que o agente atuou ou, no caso de omissão, deveria ter atuado;
- c) No momento em que o lesado tem conhecimento do fato;
- d) Quando é comunicado ao Ministério Público.

62 – Os painéis temáticos, com a finalidade de prestar apoio especializado ao Conselho Científico na elaboração de pareceres científicos e avaliação de riscos na cadeia alimentar, podem ser criados:

- a) Pelo dirigente superior responsável pela área dos riscos da cadeia alimentar;
- b) Pelo(s) Subinspetor(es)-Geral(is);
- c) Pelo Inspetor-geral, sob proposta do Conselho Científico;
- d) Pelo Inspetor-geral, sob proposta das Comissões Técnicas Especializadas.

**63** – A ASAE dispõe do seguinte número de unidades orgânicas desconcentradas:

- a) Três Unidades Regionais;
- b) Cinco Unidades Orgânicas;
- c) Cinco Unidades Regionais e três Delegações;
- d) Oito Unidades Regionais.

**64** – Na ASAE, nos termos e para os efeitos do Código de Processo Penal, não são autoridades de polícia criminal:

- a) O(s) subinspetor(es)-geral(is)
- b) Os inspetores superiores
- c) O inspetor-geral
- d) Os inspetores-diretores

**65** – Qual das seguintes ex-colónias portuguesas conseguiu a sua independência no ano de 1976?

- a) Cabo Verde
- b) Guiné-Bissau
- c) Moçambique
- d) Angola

**66** – Os estágios das carreiras de inspeção, conforme previstos no Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, têm a duração mínima de:

- a) Seis meses de componente teórica
- b) Um ano
- c) Dezoito meses de componente teórico-prática
- d) Dez meses

**67** – Quantas categorias se encontram previstas para cada carreira de inspeção:

- a) Três
- b) Quatro
- c) Cinco
- d) Sete

**68** – Nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, os trabalhadores integrados na carreira especial de inspeção não podem:



- a) Efetuar quaisquer ações de natureza inspetiva ou disciplinar em órgãos, serviços e empresas onde exerçam funções, ou prestem serviços, parentes seus ou afins, em qualquer grau da linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral;
- b) Efetuar quaisquer ações de natureza inspetiva ou disciplinar em órgãos, serviços e empresas onde tenham exercido funções há menos de três anos ou onde as exerçam em regime de acumulação;
- c) Aceitar hospedagem, onerosa ou gratuita, em estabelecimento que seja propriedade de dirigentes dos órgãos ou serviços inspecionados, quando estes sejam objeto de qualquer ação de natureza inspetiva;
- d) Todas as respostas anteriores.

69 – Definir as linhas gerais da política governamental, bem como as da sua execução, compete:

- a) Ao Primeiro-Ministro;
- b) Ao Conselho de Ministros;
- c) Aos Ministros coadjuvados pelos Secretários de Estado;
- d) Ao Presidente da República.

70 – O órgão de condução política geral do país e o órgão superior da Administração Pública é:

- a) A Assembleia da República;
- b) O Governo;
- c) O Presidente da República;
- d) O Tribunal Constitucional.

71 – Em Portugal, os órgãos de soberania são:

- a) O Presidente da República, a Assembleia da República, o Conselho de Ministros e os Tribunais;
- b) O Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e o Tribunal de Constitucional;
- c) O Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais;
- d) O Presidente da República, o Governo e o Tribunal de Contas.

72 – Dirigir o funcionamento do Governo e as suas relações de carácter geral com os demais órgãos do Estado compete ao:

- a) Conselho de Ministros;
- b) Primeiro-Ministro;
- c) Ministro das Finanças;

d) Presidente da República.

73 – O Governo é constituído:

- a) Primeiro-Ministro e pelos Ministros;
- b) Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-ministro;
- c) Primeiro-Ministro, pelos Ministros, Secretários de Estado e Subsecretários de Estado;
- d) Presidente da República, Primeiro-Ministro e Secretários de Estado.

74 – Os órgãos representativos da freguesia são:

- a) O conselho da freguesia e a junta de freguesia;
- b) A assembleia de freguesia e o presidente da junta;
- c) A assembleia de freguesia e a junta de freguesia;
- d) O presidente da junta e o conselho da freguesia.

75 – São órgãos de governo próprios de cada Região Autónoma:

- a) O conselho regional e a governo regional;
- b) A assembleia legislativa e o governo regional;
- c) O conselho regional e o Presidente do governo regional;
- d) Nenhuma das anteriores.

76 – Compete ao Governo, no exercício de funções administrativas:

- a) Praticar todos os actos exigidos pela lei respeitantes aos funcionários e agentes do Estado e de outras pessoas coletivas públicas;
- b) Negociar e ajustar convenções internacionais;
- c) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer paz;
- d) O julgamento da regularidade e da validade dos atos de processo eleitoral.

77 – Portugal abrange:

- a) O território historicamente definido no continente europeu e o arquipélago das Berlengas;
- b) O território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- c) O território historicamente definido no continente africano e no continente europeu;
- d) Nenhuma das anteriores.



78 – Na administração da justiça, incumbe aos tribunais assegurar:

- a) A defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
- b) Reprimir a violação da legalidade democrática;
- c) Dirimir os conflitos de interesses públicos e privados;
- d) Todas as anteriores.

79 – A nomeação, colocação, transferência e promoção dos agentes do Ministério Público e o exercício da ação disciplinar competem:

- a) À Procuradoria-Geral da República;
- b) Ao Governo;
- c) Aos Tribunais;
- d) Nenhuma das anteriores.

80 – A polícia tem por funções:

- a) Defender a legalidade democrática;
- b) Garantir a segurança interna;
- c) Garantir os direitos dos cidadãos;
- d) Todas as anteriores.

